

ASSEMBLEIA GERAL HÍBRIDA NESTA 6ª FEIRA (26/6), 12H30

- Presencial no Sintusp

- On-line pelo Zoom

Para receber o link se inscreva pelo link abaixo ou pelo QR Code

<https://zoom.us/meeting/register/5lQAQ8pZQn2BA52Pfik4Ow>



PAUTA: Indicativo de paralisação dia 30/6 contra a escala 6x1

OBS: Devido ao Jogo do Brasil na Copa do Mundo, adiantamos nossa assembleia para esta sexta-feira, onde também será dado os informes da primeira reunião com a Copert sobre as horas das pontes de feriado e recesso. A participação é fundamental para garantir o cumprimento do acordo de final de greve!

ASSEMBLEIA DE 23/6 APROVA A DEFESA DO TRABALHO HÍBRIDO NA USP COMO PARTE DA PAUTA ESPECÍFICA E DA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

A assembleia aprovou a defesa do trabalho híbrido na USP como parte da pauta específica da categoria e como parte mais geral da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Todos os dias os trabalhadores perdem horas no trânsito cada vez mais caótico das cidades fruto da falta de políticas de transporte público eficientes e da especulação imobiliária que afasta os trabalhadores das regiões onde os campi da universidade se localizam, por causa dos altos custos com moradia. Além disso, necessidades específicas de diversos níveis fazem com que o tempo que dispomos seja cada vez mais escasso.

A posição aprovada na assembleia e que passa a ser defendida pelo SINTUSP parte de considerar como correta a luta em defesa de melhores condições de trabalho e de vida. O tempo não é dinheiro. O tempo é o tecido das nossas vidas já bem dizia o grande intelectual Antônio Cândido.

Nesse sentido, qualquer proposta sobre trabalho híbrido deve partir dos interesses da categoria e ser construída coletivamente pelos trabalhadores técnico-administrativos. O centro dessa formulação precisa ser a garantia de direitos, a melhoria das condições concretas de trabalho e a defesa da universidade pública. Nesse sentido, a assembleia reafirma a defesa de um modelo em que o trabalho seja organizado por jornada, e não por metas, com adesão voluntária e sem poder discricionário das chefias para autorizar ou impedir a participação dos trabalhadores. Também se exige da Reitoria a garantia de que a implementação do trabalho híbrido não implicará fechamento de postos de trabalho, redução de equipes nem avanço da terceirização.

Como parte dessa luta, defendemos a construção de um plano-piloto pactuado com o conjunto dos trabalhadores, que permita discutir de forma concreta a reorganização do trabalho na USP em todos os campi e unidades.

A defesa do trabalho híbrido também precisa considerar a realidade dos setores cujas funções não permitem adesão ao trabalho remoto. Por isso, a categoria reivindica formas de compensação para esses trabalhadores, recusando qualquer política que crie divisões internas ou aprofunde desigualdades entre os servidores.

Diretrizes para a Implementação do Trabalho Híbrido e para a Construção de um Plano-Piloto na USP

- Construção de modelo próprio de trabalho híbrido e flexibilização de jornada para a USP, adequado à realidade de todos os campi e pactuado com os trabalhadores.
- Instituição de Grupo de Trabalho para estudo e implantação do Programa Piloto de Trabalho Híbrido e Flexibilização de Jornada na USP, formado por servidores técnico-administrativos, na proporção de pelo menos 80%
- Elaboração coletiva de proposta de plano-piloto para apresentação à Reitoria.
- Adesão voluntária ao programa, sem que caiba a chefia o poder discricionário.
- Duração máxima de 6 meses para o projeto piloto.
- Trabalho remoto de 1 a 3 dias por semana, sem alteração da jornada semanal de 40 horas.
- Previsão de trabalho integralmente remoto para servidores com deficiência ou necessidades especiais, nos termos da legislação aplicável.

- Elaboração de plano individual de trabalho, com definição de atividades remotas.
- Compensação aos trabalhadores que não puderem aderir ao trabalho híbrido, com defesa da jornada de 30 horas sem redução salarial, inspirada em experiências debatidas em universidades públicas.
- Rejeição de modelos baseados em metas produtivistas; defesa do cômputo por jornada.
- Garantia de que não haverá fechamento de postos, terceirização ou redução de equipes em decorrência da implantação do trabalho híbrido.

Nesse sentido, defendemos a instituição do trabalho híbrido na USP articulada à valorização dos servidores técnico-administrativos, à melhoria das condições de trabalho e à preservação do caráter público da universidade e garantia de direitos, sem abrir espaço para precarização, intensificação do trabalho ou retirada de postos.

PAUTA ESPECÍFICA APROVADA! TEMOS QUE MOBILIZAR PELO ATENDIMENTO DE TODAS AS DEMANDAS!

Na Assembleia de 23/6, também aprovamos o conjunto da [Pauta Específica que pode ser lida AQUI](#)

Como pontos principais da [Pauta específica](#) defendemos:

- 1) Defesa da saúde com contratação para o HU;
- 2) Contratação para as creches, a Escola de Aplicação e demais unidades da Universidade;
- 3) VR no valor de R\$ 85,00 por dia sendo base para o valor fixo mensal de VR sem desconto nas férias e no recesso;
- 4) Criação do adicional de incentivo à qualificação e reconhecido saber, conforme a proposta já votada pela categoria.
- 5) Implementação do Trabalho Híbrido de pelo menos 1 dia até 3 dias conforme as diretrizes apontadas acima.

A conquista da totalidade da nossa pauta depende da força da nossa mobilização. Por isso, é fundamental levar esses debates às reuniões de unidade, debatendo com o conjunto da categoria.

Reitoria propõe a não compensação de horas do recesso, mas quer descumprir o Acordo de Final de Greve quanto às pontes de feriado

Ocorreu nesta quinta-feira (25/6), a reunião da **Copert (Comissão Permanente de Relações do Trabalho)**, que reúne representantes da reitoria e do sindicato. No acordo que assinamos de final de greve, foi definido que em junho, na Copert, teríamos a resposta acerca da nossa reivindicação de não compensação das horas de ponte de feriado e do recesso de final de ano. Importante lembrar que, além do que consta por escrito no acordo de final de greve, houve um compromisso político do próprio reitor, na mesa de negociação, de atender essa reivindicação.

Na reunião, os representantes da reitoria apresentaram sua proposta, após uma introdução das questões jurídicas feitas pelo procurador geral. A proposta é a seguinte:

- - **Sobre o recesso do final de ano, considerar esse período como suspensão do expediente, estabelecendo com isso a não compensação dessas horas, com exceção de unidades de saúde e outras atividades essenciais (neste caso, podendo ser organizada escala de revezamento)**

- - **Sobre as pontes, seria autorizada a utilização das faltas abonadas (que são 6 por ano) nas pontes, sem a limitação de uso no mesmo mês.**

Ambas as propostas constariam no novo acordo coletivo, que terá vigência a partir de outubro deste ano.

Após a apresentação da proposta, os representantes do sindicato questionaram duramente a reitoria. Embora essa proposta represente uma conquista na questão do recesso, fruto da grande luta que travamos na nossa greve, é inegável que representa, também, uma tentativa da reitoria de não cumprir integralmente o compromisso político estabelecido na negociação de final de greve. Conforme já denunciemos quando o uso das abonadas foi autorizado para o recesso, não consideramos que isso resolva o problema de fundo, pois, na prática, é uma forma de nos fazer escolher entre um direito ou outro. Além disso, o ponto central é que não apenas no recesso, mas também nas pontes, a universidade de conjunto não funciona, e os docentes são dispensados sem necessidade de compensação (além disso, os docentes também tem direito às 6 faltas abonadas por ano). Expressamos, ainda, a reivindicação de que essa proposta já valesse para o período atual, contemplando as pontes que ocorreram.

Como a proposta da reitoria é para a inclusão desse tema no novo Acordo Coletivo, a questão ainda não está fechada. Foi agendada uma nova reunião da Copert para o dia 7 de agosto para seguir esse debate. Esse é o momento de levarmos esse informe e a discussão para as unidades, para construirmos uma forte mobilização para garantir o cumprimento integral do compromisso de abolir a necessidade de compensação de todas essas horas.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070
Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br